

**DELEUZE & GUATTARI: A “PRAGMÁTICA REVOLUCIONÁRIA”, O
AGENCIAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO E A RECONSTRUÇÃO CIENTÍFICA
DOS DIAGRAMAS DE PODER**

COSTA NETO, Aristides J. - PUC/SP – Bolsista Capes – costa.aristides@hotmail.com

RESUMO

Refletindo sobre a crítica de Deleuze & Guattari aos “regimes de signos” no segundo volume de *Mil Platôs*, este ensaio se questiona sobre o alcance de um instrumento capaz de reconstituir os diagramas implícitos às relações de poder sócio-históricas vigentes para, em seu detrimento, construir *diagramas* alternativos. Na intuição dos filósofos franceses, há possibilidade de discernir os “regimes de signos” que atravessam as instituições mediante a análise pragmática não subserviente ao conservadorismo da lingüística, com sua abordagem genealógica (arborescente) e homogeneizante ou de evolução descendente (2007, p.15-20). Neste sentido, a *esquizoanálise* é *pró-positiva*, atingindo a “micro política do campo social” ao fazer emergir os *agenciamentos coletivos de enunciação*, as “funções” da subjetividade no conjunto das que compõem um estabelecimento ou *agência* do *macro-sistema social* (plano ou domínio). Para Deleuze & Guattari essa é a postura metodológica e paradigmática que se afirma por ser, acima de tudo, *política* em sentido amplo, pois, a linguagem como característica específica da espécie humana é um modo de ação e meio eficaz de realizar a prática social como prática política.

Palavras-chave: Deleuze e Guattari – pragmática revolucionária – agenciamento

Deleuze & Guattari em *Mil Platôs* têm um “projeto construtivista” de uma “teoria da multiplicidade” (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p.7-8) em que a retomada dos “postulados da lingüística” e o ensaio uma analítica pragmática (esquizoanálise) “sobre alguns regimes de signos” (DELEUZE & GUATTARI, 1995) fazem parte da mesma questão nuclear. Informados pelos avanços da pragmática Ducrotiana,¹ propõem certa análise pragmática como estratégia “política da língua” e empreendem uma crítica aos analistas que ignoram os “agenciamentos coletivos de enunciação”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 22-3; 2007, p. 15)

Para Deleuze & Guattari a lingüística ignora os *pressupostos implícitos* e os *não-discursivos*, reduzindo tanto o efeito da fala à comunicação/informação como a possibilidade de argumentar sem se prender aos critérios normativos “lógicos” para a atribuição de “sentido”. Uma coisa está estreitamente ligada a outra.²

Deleuze & Guattari mostram que entre a ação e a fala existe relação intrínseca e que só podem ser reconstituídas por uma pragmática que subverta essas suposições do *sentido preso à proposição significativa*. Portanto, há outra suposição pragmática, científica e política, que toma as estruturas e ordens históricas como campos e sistema cruzados por uma semiótica definida como um “regime de signo” (outro sistema), que a faz surgir no espaço e no tempo.

Sob a fala/escrita a pragmática descobre *palavra de ordem* resultada de *agenciamentos* de uma “máquina política” (aspecto externo) a operar os signos internamente.³ Assim aparece o “caráter necessariamente social da enunciação”, e isso permite *demarcar um objeto* (o enunciado) e *um estatuto metodológico* (pragmático-lingüístico), além de explicar sua diferença em comparação com o objeto da gramática, a frase.⁴

Deleuze & Guattari definem a escola – como qualquer outra instituição – de *singularidade ou estrato em relação a um plano ou domínio* (dominante ou não). No

¹ Ver em Benveniste, 2005, p.66-7.

² Ver em Deleuze & Guattari, 1995, p.98-9.

³ Deleuze & Guattari propõem uma *Geologia da Moral* (e da política), um “método restritivo” contraposto ao “método expansivo”. (2007, p.81-91). Vou me deter ao segundo volume de *Mil Platôs* (1995) em que uma pragmática se desenha sobre os escombros dos postulados tradicionais da lingüística e são apresentados variados *regimes de signos*, para se contrapor ao regime de signo “significante” dominante nas pressuposições de uma semiologia geral.

⁴ Ver Deleuze & Guattari, 1995, p. 25.

plano ou diagrama (atmosfera) ao qual se vincula,⁵ a escola se configura como Aparelho de Estado tipicamente moderno. A escola não escapa da influência de um regime ameaçador da “autonomia”,⁶

de uma semiótica mista: regime despótico da significância e da interpretação, com irradiação do rosto; mas também regime autoritário da subjetivação e do profetismo, com desvio do rosto (neste momento, o psicanalista situado atrás do paciente adquire todo seu sentido). Os recentes esforços para explicar que um “significante representa o sujeito para um outro significante” são tipicamente sincretismo: processo linear da subjetividade ao mesmo tempo que desenvolvimento circular do significante e da interpretação. Dois regimes de signos absolutamente diferentes para um misto. Mas é aí que os piores poderes, os mais dissimulados, são fundados. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.79)

É preciso fazer um parêntesis longo para responder a uma pergunta. O que Deleuze & Guattari entendem por *semiótica*?

Na escolha analítica de Deleuze & Guattari (1995) a formalização da expressão lingüística autônoma e suficiente (esse sistema) é denominada de *regime de signos*.⁷

Regimes de signos é a perspectiva pragmática da multiplicidade das semióticas - que se opõem ao “imperialismo da linguagem” e a qualquer semiologia geral - e a afirmação da possibilidade de *trans-semiótica* (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 93-3; 2007, p.81-91). O objetivo do segundo volume de *Mil Platôs* é mapear (isolar), dentre tantos, os quatro regimes semióticos que são diferentes entre si, mas integrados e dominantes em relações a outros regimes (DELEUZE & GATTARI, 1995, p.91). São os regimes: significante, pré-significante, contra-significante e pós-significante.⁸ Para os fins desta tese julgo necessário comentar apenas dois principais, o regime semiótico significante e o pós-significante.

O *regime semiótico significante* é definido como um sistema complexo, despótico e de trapaça. Como “o significante é o signo redundante com o signo” ou pura abstração (princípio puro ou nada), esse regime tende a produzir um *rosto (rostidade)*: o rosto é o Ícone próprio ao regime significante, o modo através do qual “o significante se reterritorializa”. “É o rosto que dá a substância do significante”, o rosto ou corpo do déspota (deus), que se afirma sobre uma figura simétrica e invertida (da ausência de

⁵ A urdidura da qual participa a urdidura escolar, visto que ela constitui diagramas com tensores, que se cruzam com os tensores diagramáticos dos demais estratos nessa atmosfera política.

⁶ A escola é como a psiquiatria e a psicanálise em certo sentido. Mas, em relação a estas últimas, os autores reafirmam uma crença na impossibilidade de uma psicanálise e experiências antipsiquiátrica mudarem ou acabarem com uma “semiótica fortemente estratificada”. Ver em Deleuze & Guattari, 1993, p.134;143.

⁷ A re-definição de semiótica é repetida nas considerações finais e evidencia-se como resposta ao problema da inversão que faz supor o “significante” (da lingüística) e/ou o “sujeito” (do materialismo histórico) anterior ao agenciamento. Cf. em Deleuze & Guattari, 2007, p.85 e 1995, p. 97.

⁸ Ver Deleuze & Guattari, Idem, 1995, p.68-71.

rosto/corpo, o supliciado ou condenado). O deus déspota (rei) conta com o serviço dos burocratas a seu serviço, os adivinhos ou “sacerdotes interpretativos”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.62-8)

O *regime semiótico pós-significante* é classificado como autoritário e de traição, subjetivo ou passional porque, diferente do primeiro, o termo médio (o profeta) não é interprete, visto que também não há rosto/centro de significância pelo duplo desvio de rostos (de Deus e do profeta). Há, contudo, um “ponto de subjetivação” que dá a partida de processos lineares, a partir do qual o enunciado profético se instalará. O “regime profético” é um regime especial.

Contrariamente ao adivinho, o profeta não interpreta nada: *tem um delírio de ação mais do que de idéia ou imaginação*, uma relação [passional] com Deus [o ponto de referência] passional e autoritária mais do que despótica e significante; ele antecipa e detecta as potências do devir mais do que aplica os poderes presentes e passados. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.78)

Deleuze & Guattari fazem coincidir as semióticas ou regimes de signos modernos com os desenvolvidos na história antiga dos judeus: povo (*habiru*), povo peregrino no deserto, povo profético, povo monárquico. Caim, Jonas e Jesus são apresentados como três grandes processos lineares, exemplos do “duplo desvio na linha de fuga”. Na análise, eles concluem que a transformação da Bíblia (e o Corão) em livro único, *ponto de subjetivação* em uma semiótica mista, é semelhante ao culto dos livros e autores como Marx, Freud etc. (DELEUZE & GUATTARI: 1995, p.71-82).

Depois de definir os regimes de signos eles analisam de passagem o surgimento das instituições modernas influenciadas pela prática psiquiátrica: ela mesma um agenciamento que interfere na prática (institucional) do médico, pois o médico fica “encurralado, preso às exigências humanitárias, policiais, jurídicas, etc.”. A psiquiatria que trata os delírios e “humaniza” os indivíduos leva a cabo essa ambigüidade da “humanização”, que escraviza enquanto liberta.

Há uma descrição de dois regimes ou delírios.⁹ A característica do primeiro é o de um “Cogito” (*Ratio*) ou núcleo principal oculto (Déspota-significante) e interno que se desenvolve em rede de idéias com características de absoluto: onipresença e onipotência. O outro, que empenha emoção (*Passio*), esforço e ação, exige

⁹ Que não se confundem com os “agenciamentos (maquínico) de expressão/enunciação” (regimes de signos) porque são “agenciamentos (maquínicos) de corpos”. Ver essa distinção em Deleuze & Guattari, 1995, p.29.

desmembramento de atos, é exigência externa e setorizada (legislador-sujeito), para o qual se pode determinar um “ponto de partida” para um processo linear.¹⁰

O primeiro se define por um início insidioso, um centro oculto manifestado por forças endógenas em torno de uma idéia; depois por um desenvolvimento em rede em um *continuum* amorfo, uma atmosfera escorregadia onde o mínimo incidente pode ser capturado; uma organização radiante em círculos, uma extensão por irradiação circular em todos os sentidos, onde o indivíduo salta de um ponto a outro, de um círculo a outro, se aproxima do centro ou dele se afasta, faz prospectiva e retrospectiva; por uma transformação da atmosfera, seguindo traços variáveis ou centros secundários que se reagrupam em torno do núcleo principal. O segundo regime se define, ao contrário, por uma ocasião exterior decisiva, por uma relação com o fora que se exprime mais como emoção do que como idéia, e mais como esforço e ação do que como imaginação (“delírio de atos mais do que de idéias”); por uma constelação limitada, operando em um único setor; por um “postulado” ou uma “fórmula concisa” que é o ponto de partida de uma série linear de um processo, até o esgotamento que marcará a partida de um novo processo; em suma, *pela sucessão linear e temporal de processo finito, mais do que pela simultaneidade dos círculos em expansão ilimitada.* (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.72)

Deleuze & Guattari fazem recorte epocal para explicar que, em sua origem, as instituições modernas (tanto de caráter público como privado) são atravessadas por regime semiótico misto em que a palavra de ordem é sentença (ou estado) de morte, mas também estado de “variação contínua”.

Morte, morte, esse é o único julgamento, e o que faz do julgamento um sistema. Veredicto. *Mas a palavra de ordem é também outra coisa*, inseparavelmente ligada a essa: é como um grito de alarme ou uma mensagem de fuga. Seria simples demais dizer que a fuga é uma simples reação à palavra de ordem; encontra-se, antes, compreendida nessa, como sua outra face em um agenciamento complexo, seu outro componente. Canetti tem razão ao invocar o rugido do leão, que enuncia ao mesmo tempo a fuga e a morte. A palavra de ordem tem dois tons. O profeta não recebe menos as palavras de ordem ao fugir do que ao desejar a morte: o profetismo judeu juntou o desejo de estar morto e o impulso de fuga com a palavra de ordem divina. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.54)¹¹

Nas politologias modernas é dominante o recorte aristotélico estabelecendo um corte entre as esferas pública e privada. Deleuze & Guattari, não. Eles definem a *política como ação* que transborda o que tradicionalmente se caracteriza como “esfera pública”. Eles não delimitam a ação política a uma instância “transcendental”, vazia. *Grosso modo*, trata-se de superações daquela concepção weberiana de poder com significado de “dominação”, meramente negativa.

Para Deleuze & Guattari, sobretudo na modernidade e principalmente no atual estágio do capitalismo, *a moral e a política são atravessadas por regimes de signos dominantes e mistos*. Até a cena doméstica ou a relação informal entre um casal (pai e

¹⁰ Ver a origem vertical e horizontal do agenciamento e o paradoxo do legislador-sujeito. Deleuze & Guattari, 1995, p.85.

¹¹ Ver abaixo.

filho, etc) é fator de criação e transformação de regimes de signos, ou seja, é elevada a um “nível semiótico *intenso*”.¹²

A “luta de *sexos*” travada em recônditos privativos está dominada pelos “duplos”. As singularidades sofrem a influência dessa “estranha invenção” moderna em que o sujeito que comanda tem dupla forma: *sintagmática* e *paradigmática*. E cada uma delas duplicada em cadeias lineares de significações e subjetivações. Essa é a “nova forma de escravidão, ser escravo de si mesmo, ou a pura ‘razão’, o Cogito”(DELEUZE E GUATTARI, 1995, 85). E explicam que:

O amor passional é um *cogito* a dois, como o *cogito* é uma paixão apenas por si mesmo. Há um par potencial no cogito, como a duplicação de um sujeito virtual único no amor-paixão. Klossowski pôde extrair as mais estranhas figuras dessa complementaridade de um pensamento por demais intenso e de um par por demais ardente. A linha de subjetivação é então completamente ocupada pelo Duplo, mas ela tem duas figuras assim como existem dois tipos de duplos: a figura sintagmática da consciência ou o duplo consciencial que concerne à forma (Eu = Eu); a figura sintagmática do par ou o duplo passional que concerne à substância (Homem = Mulher, sendo o duplo imediatamente a diferença dos sexos). (DELEUZE & GUATTARI, 1995., 87. Itálico do autor)

Em suma: Para Deleuze & Guattari “Um regime de signos constitui uma semiótica” e há uma multiplicidade de regimes de signos, que se explica pela diversidade das formas de expressão. No segundo volume de *Mil Platôs* Deleuze & Guattari intencionam construir *mapas de quatro regimes* (de signos), e o fazem. No fim, concluem que o *regime significante*¹³ “reina em todas as cenas domésticas, como em todos os aparelhos de Estado” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.68) e que, por causa da existência dos regimes de signos “dominantes” e da inadequação dos pressupostos lingüísticos, há a necessidade da pragmática (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.61-2)

há tanta diversidade nas formas de expressão, um caráter tão misto dessas formas, que não se pode atribuir qualquer privilégio especial à forma ou ao regime do “significante”. Se denominamos semiologia a semiótica significante, a primeira é tão somente um regime de signos dentre outros, e não o mais importante. Por isso a necessidade de voltar a uma pragmática, na qual a linguagem nunca possui universalidade em si mesma, nem formalização suficiente, nem semiologia ou metalinguagem gerais. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.61)

Para Deleuze & Guattari, na trilha de Ducrot, o problema é o da *suposição* da lingüística de que não existe “sentido” sem uma ordem prévia. Essa suposição está *adsorvida* na prática política social, sobretudo pela facilidade de penetração dos “planos

¹² É Leibniz quem utiliza o par intenso-extenso em substituição ao par compreensão-extensão da Lógica de Port-Royal. Para Leibniz, o conceito é *intenso* e a proposição é *extensa*. Ver Abbagnano, 2007, p. 664.

¹³ Sobre a fórmula geral do regime significante e o modo como a cadeia de significante leva à ignorância do próprio signo, ler em Deleuze & Guattari, 1995, p. 62.

de referência” dos sistemas científicos (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.102). Tão conseqüente quanto é a perspectiva “política” do materialismo histórico.

De todo modo, conteúdo e expressão não são jamais redutíveis a significante e significado, tampouco a infra-estrutura e superestrutura (aí está o segundo problema). Nem se pode fixar um primado de conteúdo como determinante, nem um primado da expressão como significante. Não se pode fazer da expressão uma forma que reflita o conteúdo, mesmo se a dotarmos de uma “certa” independência e de uma certa possibilidade de reagir. Quanto mais não seja porque o conteúdo dito econômico já tem uma forma, e mesmo formas de expressão que lhe são próprias. Forma de conteúdo e forma de expressão remetem a duas formalizações paralelas em pressuposição: é evidente que elas não param de entrecruzar seus segmentos, introduzi-los uns nos outros, mas isso em virtude de uma máquina abstrata da qual derivam ambas as formas e em virtude de agenciamentos maquímicos que regulam sua relações. [Sic] (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p.85)

“A informação é apenas o mínimo” para a *ratio* do senso comum. A *redundância* (transmissão) como determinação primeira da linguagem tem conseqüências morais e políticas, visto que a palavra de ordem porta sempre uma “sentença de morte”: “A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.13).

a palavra de ordem é sentença de morte, implica sempre uma sentença como essa, mesmo muito atenuada, tornada simbólica, iniciática, temporária... etc. A palavra de ordem traz uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedece ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir, levar para outra parte. Uma ordem do pai a seu filho – “você fará isso”, “você não fará aquilo” – não pode ser separada da pequena sentença de morte que o filho experimenta em um ponto de sua pessoa. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.54; cf. p. 19)

O “caráter necessariamente social da enunciação” obriga Deleuze & Guattari a afirmarem que “a linguagem é caso de política antes de ser caso de lingüística”.¹⁴ Eles insistem em mostrar a estreita relação entre um *sistema de enunciado* (regime de signos) e um campo sócio-político (regime de corpos) dado, a produção de transformações sociais por esses agenciamentos.

As semióticas dependem de agenciamentos, que fazem com que determinado povo, determinado momento ou determinada língua, mas também determinado estilo, determinado modo, determinada patologia, determinado evento minúsculo em uma situação restrita possam assegurar a predominância de uma ou de outra. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.71)

Deleuze e Guattari (1995) acreditam ter chegado a uma *definição real* (não apenas nominal) *de agenciamento* ao explicar os “atos imanentes à linguagem” (*mass-media act* de *speech-act*), o efeito simultâneo e incorpóreo que o enunciado produz.

Parece que esses atos se definem melhor pelo conjunto das *transformações incorpóreas* em curso em uma sociedade dada, e que *se atribuem* aos corpos dessa sociedade. Podemos dar à palavra “corpo” o sentido mais geral (existem corpos morais, as almas são corpos, etc); devemos, entretanto,

¹⁴ Ver a insistência em Deleuze & Guattari, 1995, p.17; 46; 96-7.

distinguir as ações e as paixões [como intensidades] que afetam esses corpos, e os atos, que são apenas seus atributos não corpóreos, ou que são “o expresso” de um enunciado. Quando Ducrot se pergunta em que consiste um ato, ele chega precisamente ao agenciamento jurídico, e dá como exemplo a sentença do magistrado, que transforma o acusado em condenado. Na verdade, o que se passa antes – o crime pelo qual se acusa alguém – e o que se passa depois – a execução da pena de condenação – são ações-paixões afetando os corpos (corpo da propriedade, corpo da vítima, corpo do condenado, corpo da prisão); mas a transformação do acusado em condenado é um puro ato instantâneo ou um atributo incorpóreo, que é o expresso da sentença do magistrado. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.18-9)

Em determinado momento, ressaltam a diferença de ambos em relação à concepção de Foucault: “*Os agenciamentos* não nos parecem, antes de tudo, de poder, mas *de desejo*, sendo o desejo sempre agenciado, e o poder, uma dimensão estratificada do agenciamento”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.98-99)

O agenciamento social (maquínico) de desejo tem uma natureza horizontal e uma vertical. No contexto do capitalismo e da modernidade os indivíduos estão engajados em vários “processos lineares” (passionais no eixo horizontal): casa, escola, associações, empresa, etc.

Se Wittgenstein imagina um “o jogo da linguagem” em todo o “processo do uso das palavras” (WITTGENSTEIN, 1999, 30), Deleuze & Guattari acrescenta que em todo processo linear horizontal há um ponto de partida ou de “subjetivação”. O ponto de subjetivação é a auto-referência para todo ato, é a atribuição incorpórea previamente estabelecida em um eixo vertical.¹⁵ Daí as conclusões de que vários pontos de subjetivação coexistem para um determinado indivíduo, que as instituições funcionam para educar ou *normalizar* as coisas impondo aos indivíduos seus *pontos de subjetivação* (linearidade vertical).

sempre mais alto, sempre mais nobre, sempre mais conforme a um suposto ideal. Depois, do ponto de subjetivação deriva o sujeito de enunciação, em função de uma realidade mental determinada por esse ponto. E do sujeito de enunciação deriva, por sua vez, um sujeito de enunciado, isto é, um sujeito preso nos enunciados conforme uma realidade dominante. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.84)

Deleuze & Guattari distinguem dois tipos de agenciamento. O *agenciamento maquínico* garante “a mistura de corpos reagindo um sobre os outros”; o *agenciamento coletivo de enunciação* sustenta um *regime de signos* (ou máquina de expressão) que determinam o uso dos elementos da língua, mas, além disso e por causa disso,

¹⁵ Os autores identificam um “regime pós-significante” de linha passional que tem sua origem no “ponto de subjetivação”. Eles destacam como características da semiótica subjetiva: o duplo desvio, a traição e a existência em *sursis* ou *adiamento ilimitado*. Deleuze & Guattari, 1995, p.83. Ver explicações em p. 76-78.

transformações incorpóreas atribuídas aos corpos. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.30-33)

Eis por que as máquinas abstratas possuem nomes próprios (e igualmente datas), que não designam mais certamente pessoas ou sujeitos, mas matérias e funções. O nome de um músico, de um cientista, é empregado como o nome de um pintor que designa uma cor, uma nuance, uma tonalidade, uma intensidade: trata-se sempre de uma conjunção de Matéria e Função. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.101)

São estes conceitos, então, que permitem a análise de contextos sócio-históricos particulares, a exemplo da escola. O “processo educativo” na escola - uma instituição ou “máquina abstrata singular” – se realiza por agenciamentos. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.100-1) Na escola, como em um eixo vertical, reflete-se a dupla imagem de todos nós, o princípio de todo “controle” despótico-passional, que – na análise de Deleuze & Guattari - a psiquiatria desenvolveu e a psicanálise fortalece. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.73). Nela, eles poderiam concluir, está em operação uma das “piores formas de poder”.

A instituição (sistema) escolar, como máquina de ensino moderna,

não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, sujeito do enunciado-sujeito de enunciação etc). (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.11-2)

Um olhar panorâmico sobre a prática docente nesse lugar institucional pode mostrar que

A professora não se questiona quando interroga um aluno, assim como não se questiona quando ensina uma regra de gramática ou de cálculo. Ela “ensina”, dá ordens, comanda. Os mandamentos do professor não são exteriores nem se acrescentam ao que ele nos ensina. Não provêm de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apóia sempre, e desde o início, em ordens, por isso é redundância. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.11)

A escola, portanto, é uma “máquina” política que *investe* os indivíduos de subjetividades em seu processo-escolarização, como um estrato de agencia social. Mais do que genealogia é uma máquina a operar abstrações-reais, *diagramatismo*.

Existe diagrama cada vez que uma máquina abstrata singular funciona diretamente em uma matéria. (...) O diagrama só conhece traços, pontas, que são ainda de conteúdo., dado que são materiais, ou de expressão, por serem funcionais, mas que arrastam uns aos outros, se alternam e se confundem em uma desterritorialização comum: signos-partículas, partignos. E isso não é surpreendente; pois a distinção real de uma forma de expressão e de uma forma de conteúdo se faz somente com os estratos, e diversamente para cada uma. É aí que surge uma dupla articulação que irá formalizar os traços de expressão por sua conta, e os traços de conteúdo por sua conta, e que irá fazer, com as matérias, substâncias formadas física ou semioticamente, com as funções das formas de expressão ou de conteúdo. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.101)

O conjugado pelo diagrama não é o *conteúdo* e sim a *matéria* ou “sentido” enquanto algo amorfo ou informe pinçado da *substância matéria formada*; não é a *expressão* e sim a *função* como “traços” pinçados das formas distintas de conteúdo e expressão. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.99)

É então o conteúdo mais desterritorializado e a expressão mais desterritorializada que o diagrama retém, para conjuga-los. E o máximo de desterritorialização vem ora de um traço de conteúdo, ora de um traço de expressão, que será denominado “desterritorializante” em relação ao outro, mas justamente porque ele o diagramatiza, arrastando-o consigo, elevando-o à sua própria potência. O mais desterritorializado faz com que o outro ultrapasse um limiar que possibilita uma conjunção de sua respectiva desterritorialização, uma precipitação comum. É a desterritorialização absoluta, positiva, da máquina abstrata. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.100)

É num *plano de consistência* que a escola desenvolve diagramas (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.103). Como qualquer outra máquina particular, ela lida com essas *potencialidades de matéria e função*

Assim definida por seu diagramatismo, uma máquina abstrata não é uma infra-estrutura em última instância, tampouco é uma Idéia transcendente em suprema instância. Ela tem, antes, um papel piloto. Isso ocorre porque uma máquina abstrata ou diagramática não funciona para representar, mesmo algo de real, mas *constrói um real por vir, um novo tipo de realidade*. Ela não está, pois, fora da história, mas sempre “antes” da história, a cada momento em que *constitui pontos de criação ou de potencialidade*. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.100. *Itálico meu.*)

Com essa caracterização das instituições modernas em geral e da escola em particular a partir da *função diagramática*, Deleuze & Guattari apontam e contestam os erros (a) de uma concepção ideológica do enunciado que faz a expressão depender de um conteúdo econômico primeiro; e (b) de uma crença na suficiência da forma de expressão como sistema lingüístico que trata o conteúdo ao arbítrio de um simples “referência”.

Concluem, por um lado, que a pragmática pode operar perfeitamente com distinções em relação aos pressupostos da lingüística. *Não pode*, ao contrário, *ignorar a gramaticalidade*, esse regime de signo que domina o enunciado

é marcador de poder antes de ser um marcador sintático... Formar frases gramaticalmente corretas é, para o indivíduo normal, a condição prévia para qualquer submissão às leis sociais. Ninguém pode ignorar a gramaticalidade; aqueles que a ignoram pertencem às instituições especiais. A unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim *tomada de poder por uma língua dominante*, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centros diversos. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.46. *Itálico meu.*)

Em suma: A pragmática da qual me aproximo e venho apresentando neste capítulo não trata a linguagem como mera virtualidade, nem ignora a diferença entre dois planos em sua rede de binaridades arborescentes: das expressões (palavras) em suas

subdivisões fônicas, semânticas, sintáticas, etc. e dos conteúdos (coisas) em suas subdivisões físicas, zoológicas, sociais, etc.

Considerando que todo “sistema” ou organização tende a impor de um exterior (decalca) um regime de signos que ignora a criatividade e a liberdade dos agentes e das agências sociais em seus exercícios languageiros, nada justificaria eleger para a análise um “sistema de signos” no lugar do *médium* lingüístico como um processo mais global.

A *pragmática* é um plano-crivo, e o modo de ela compor as multiplicidades é uma “linha de fuga” (*diagramática*). Se, por um lado, ela recoloca em questão a “hegemonia do significante” no território da lingüística, por outro, nessa mesma ação, há um *agenciamento* que visa “estremecer o equilíbrio de um poder local”, quando este se exerce como “força coercitiva”, dominante.

A demarcação não depende aqui de análise teórica que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou o conjunto de intensidades. (...) Seria sempre necessário ressituar os impasses sobre o mapa e por aí abri-los sobre linhas de fuga possíveis (...): mostrar até que ponto do rizoma se formam fenômenos de massificação, de burocracia, de *leadership*, de fascistização, etc. [árvores-raízes], que linhas subsistem, no entanto, mesmo subterrâneas, continuando a fazer obscuramente rizoma. (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p.24)

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Néri. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **O que é a Filosofia**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)